

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo nº 842628/2026-SEMAF-PMAC**

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Aquisição de combustíveis diversos (Óleo Diesel S10 e Gasolina), para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias agregadas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA e Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, de Augusto Corrêa/PA, segue abaixo as especificações, quantidades e estimativa de valores do objeto deste Termo de Referência:

Item	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	Valor Unitário Médio	Valor Total Estimado
1	Gasolina Comum	Litros	271.050	R\$ 7,06	R\$ 1.913.613,00
2	Óleo Diesel-S10	Litros	604.670	R\$ 7,65	R\$ 4.625.725,50
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 6.539.338,50</b>

**Valor Total Por Extenso: Seis Milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos.**

1.2. Estimativas de consumo individualizadas pelas secretarias agregadas:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	SECRETARIAS AGREGADAS					TOTAL
			SEMAF/SEGOV	SECULT	SEMAGRI	SEPLADE	SEMOB	
1	Gasolina Comum	Litro	70.000	10.000	20.000	10.000	85.000	195.000
2	Óleo Diesel S10	Litro	60.000		100.000		425.000	585.000
<b>TOTAIS</b>			<b>130.000</b>	<b>10.000</b>	<b>120.000</b>	<b>10.000</b>	<b>510.000</b>	<b>780.000</b>

1.3. Estimativas de consumo individualizadas pelos fundos municipais:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	FUNDOS MUNICIPAIS		TOTAL
			SEMMA	SEMAS	
1	Gasolina Comum	Litro	29.550	46.500	76.050
2	Óleo Diesel S10	Litro	16.170	3.500	19.670
<b>TOTAIS</b>			<b>45.720</b>	<b>50.000</b>	<b>95.720</b>

1.4. Estimativas totais de todos os órgãos de consumo dos combustíveis:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	QTDE TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL DOS COMBUSTÍVEIS
1	Gasolina Comum	Litro	271.050	875.720
2	Óleo Diesel S10	Litro	604.670	

1.2. Os valores informados acima servirão de base como o valor máximo que será pago pelos itens.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anuais 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não foi elaborado pela municipalidade.

1.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **Vigência Contratual**

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vigência da Ata**

1.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP) será de 1 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

1.10. A Ata de Registro de Preço e Contratos oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. PREFEITURA MUNICIPAL - SEMAF/PMAC/SEGOV**

2.1.1. Considerando a necessidade de deslocamentos diários do Prefeito Municipal e sua equipe, tanto na zona urbana quanto na zona rural, bem como a necessidade de locomoção dos servidores municipais em atividades inerentes às suas atribuições, realização de serviços essenciais à população, como o Departamento de Tributos que desempenha atividades operacionais, como fiscalizar e fazer cobranças tributárias nas zonas urbana e rural, a Guarda Municipal que precisa dar todo o suporte na segurança pública, orientar e organizar o trânsito municipal, fazer a segurança dos eventos municipais, tanto na zona urbana quanto na rural, entre outros, faz-se necessário promover o abastecimento dos veículos próprios e terceirizados como carros e motocicletas, pois estes órgãos não possuem frota suficiente que possa suprir e dá continuidade nas prestações dos serviços públicos.

2.1.2. A SEMAF e o Gabinete do Prefeito utilizam carro locado, de médio porte (4x4), e possuem demandas diárias, tanto na sede quanto no “interior” e demais cidades onde necessitam realizar atribuições inerentes as necessidades da gestão. Outro veículo de médio porte é utilizado especificamente para atender as demandas diárias do Prefeito que precisa deslocar-se em toda a

região do município e fazer viagens para outras cidades que ocorrem eventos de interesse municipal.

2.1.3. Estes órgãos também utilizam carros locados de pequeno porte, tipo passeio, que fazem locomoções diárias atendendo serviços, demandas, entregas de documentos, conduz servidores de todos os departamentos tanto na sede quanto no meio rural, tudo isso buscando melhorias e desempenho nas atividades operacionais desta secretaria que dá apoio a todas os demais órgãos.

2.1.4. As motocicletas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tem demandas diárias atendendo serviços principalmente do Departamento de Tributos, Almoxarifado e Guarda Municipal. Trata-se de um veículo de locomoção mais prático e ágil para determinados serviços específicos nos quais é necessário executar a tarefa com mais celeridade.

## **2.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT**

2.2.1. A Secretaria municipal de Cultura, Desporto, Juventude e Lazer-SECULT organiza e efetua diversos eventos durante o ano todo, tanto culturais quanto esportivos e com isso a necessidade de locomoção com veículos é de extrema importância, principalmente nos grandes eventos como Carnaval, Festival Junino, Festival Gospel, Regata dos Pescadores, Uruluar, Réveillon dentre outros. Atualmente temos um veículo que nos proporciona o deslocamento tanto na sede quanto no interior para monitoramentos dos eventos culturais e esportivos.

## **2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENV. ECON. E TURISMO - SEPLADE**

2.3.1. A presente contratação justifica-se face da necessidade da aquisição de 10.000 (dez mil) litros de combustível, de gasolina comum, para período de 12 meses, a fim de garantir o funcionamento do veículo que dá suporte às atividades da SEPLADE, em suas várias áreas de atuação.

2.3.2. É importante ressaltar que, o veículo transporta os servidores de apoio, técnicos, chefes de setores, diretores e secretário para execução de trabalhos de rotina, visitas técnicas, vistorias e fiscalização na sede e interior e outras atividades, além de servir para viagens de trabalho para fora do município, conforme a necessidade desta secretaria. A contratação de empresa para fornecimento de combustível, justifica-se em decorrência da necessidade da garantia dos serviços de logística de transporte a fim de proporcionar maior desempenho e resultado dos trabalhos desenvolvidos pela SEPLADE.

2.3.3. Importante registrar, outro aspecto, que o funcionamento de cada departamento desta Secretaria, os quais realizam serviços diários de atendimento ao público, tendo em vista a grande extensão do Município, para que nossos técnicos possam desempenhar suas atividades que são de interesse da municipalidade, proporcionando um melhor atendimento ao munícipe que procuram os serviços desta secretaria, bem como melhores condições de trabalho aos servidores, tendo em vista o deslocamento.

## **2.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI**

2.4.1. A aquisição de combustíveis diversos (gasolina comum e diesel S-10) justifica-se pela importância e necessidade da SEMAGRI que utiliza constantemente a frota veicular própria e terceirizada para realizar suas responsabilidades essenciais e exequíveis ao planejamento do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Municipal (ProATER Municipal) inerentes ao órgão.

2.4.2. É imprescindível a energia térmica que é utilizada na geração de trabalho mecânico, como observamos nos motores à combustão dos veículos a gasolina, veículos e máquinas pesadas a diesel. Sendo a utilização de combustíveis diversos (gasolina comum e diesel S-10) de fundamental importância para atender os serviços realizados por esta Secretaria.

2.4.3. Com a aquisição pretendida, promoverá a ampliação dos serviços de assistência rural tais como: mecanização de áreas agricultáveis (aração e gradagem do solo), limpeza, plantio; assistência técnica; trafegabilidade de maquinários a diesel e veículos a gasolina; monitoramento, regularização, deslocamento da equipe técnica; visitas técnicas; reuniões municipais e estaduais; eventos diversos, dentre outros. Sabe-se que, a frota atual de veículos e maquinários agrícolas não suprirá a prospecção em atender às 145 (cento e quarenta e cinco) comunidades existentes e localizadas nas vicinais municipais (600 km), na via estadual PA 462 (Patal/Araí – 45 km) e na Via Federal BR 308 (Bragança-Viséu) durante o período Safra (abril a setembro) e meses subsequentes quanto o tempo, locomoção, manutenção preventiva e corretiva, rapidez e excelência do serviço.

2.4.4. Ressaltamos a importância da locação de veículos e máquinas pesadas para cooperar com os serviços prestados no aporte a infraestrutura, qualidade e desenvolvimento para a zona urbana e rural do município, onde também favorecerá a diminuição dos custos de produção dos agricultores/produtores locais principalmente daqueles que tem como estabilidade voltada aos rendimentos de produção das propriedades intensificando ajuda e atuação no preparo do solo (abertura de novas áreas, aração e gradagem), na colheita e serviços em geral no meio rural, onde existe a maior demanda dos serviços para além do que serão ampliados e melhorados nos atendimentos facilitando as etapas do processo produtivo, oferecendo condições dignas de trabalho em suas propriedades.

2.4.5. Dará o suporte no campo quanto a agricultura familiar, intensificando à produção diversificada com a introdução de novas culturas, ofertando novos produtos para o mercado local e até mesmo para a agroindústria tendendo a elevar o seu patamar local em todos os níveis, dinamizando outros setores da economia e fortalecendo o setor agrícola como um todo e consequentemente, o aumento da renda familiar, empregos no campo e a melhoria da condição de vida da família rural.

2.4.6. A [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei8.171-1991?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei8.171-1991?OpenDocument) LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991, em seu artigo 3º, inciso I e VI, determina que:

Art. 3º São objetivos da política agrícola:

I - Na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais.

VI - Promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades.

2.4.7. Para proporcionar o estímulo e o aumento da produção agrícola da região em detrimento de uma boa assistência técnica e extensão rural para os pequenos e médios agricultores/produtores em estimular as atividades agrícolas para o plantio e desenvolvimento de culturas em geral, fundamental para o aumento da produtividade das culturas, para atender a este, esta Secretaria dispõe dos seguintes Departamentos: Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização Agrícola, Monitoramento de Programas e Assistência Rural para dar apoio técnico/assistencial nas atividades de produção agrícola/pesqueira em todo Município.

2.4.8. Também, trará benefícios para a promoção do desenvolvimento mais sustentável priorizando dessa maneira mais vantagens para o meio ambiente posto que, mitigará a degradação ambiental protegendo assim a lavoura e tornando-a mais resistente às intempéries climáticas, pragas e doenças etc.

2.4.9. No que se refere aos quantitativos pré-estabelecidos do objeto disposto neste, foram designados com base em valores licitados no ano anterior e pela supervisão do serviço ofertado através do Departamento de Mecanização Agrícola, respeitando uma margem de suporte a um eventual aumento da demanda (Anexo ao DFD da SEMAGRI). Portanto, diante do que determina a política agrícola a SEMAGRI, torna-se de suma importância em garantir a qualidade dos serviços com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento de frotas de veículos automotores deste órgão, sendo imprescindível para execução e manutenção das atribuições administrativas, se faz necessária a contratação do objeto proposto.

## **2.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB**

2.5.1. A presente contratação justifica-se em face da necessidade da aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10) para manter os trabalhos da SEMOB. A Secretaria utiliza diariamente os veículos constantes da frota própria e locada para realizar as responsabilidades inerentes a função, à população de Augusto Corrêa. É imprescindível a energia térmica que é utilizada na geração de trabalho mecânico, como observamos nos motores à combustão dos veículos, máquinas pesadas e máquinas como roçadeira, motosserra e motobomba. Sendo a utilização de combustível (diesel e gasolina) de fundamental importância para os serviços da SEMOB.

2.5.2. Vale destacar que a SEMOB possui uma frota que não consegue atender todas as demandas da secretaria, em virtude disso, se faz necessário a locação de veículos e máquinas pesadas, bem como, roçadeiras para cooperar com os serviços. Pois, por meio dessas máquinas de motores à combustão, leva-se infraestrutura para a sede e o meio rural do município. É notório saber que se aproveita o período do verão para realizar a conservação, manutenção e restauração das estradas vicinais e realização de diversos trabalhos de limpeza e roçagem, com isso, a SEMOB tem um aumento considerável no consumo de combustível neste período.

2.5.3. A aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), destinados ao abastecimento dos veículos e máquinas pesadas de propriedade da SEMOB, sejam locados, vinculados ou a disposição da atividade pública do município, tem o dever de promover ampliação, manutenção e conservação das estradas vicinais, uma vez que, o município possui 600 km de estradas vicinais, o maquinário e veículos executam serviços de terraplenagem, encascalhamento, aterro, corte, correção de erosão, ações de conservação, pavimentação, drenagem pluvial, saneamento básico, construção de pontes, bueiros, valetas, abertura de canais, macrodrenagem, manutenção e restauração de vias urbanas e áreas especiais. Destacamos que as

equipes de infraestrutura, paisagismo e limpeza pública utilizam veículos e máquinas (motobomba, microtrator – diesel – roçadeiras, motopoda e motosserra – gasolina) para realizar serviços de poda, capina, roçagem e limpeza que atende unidades de saúde, escolas, órgãos públicos, praças, orlas e logradouros. A secretaria de obras opera na remoção de resíduo doméstico, verde e entulho, faz limpeza de bueiros, valetas, abertura/limpeza de canais. O Departamento de Iluminação Pública utiliza modelo de veículos camionete tipo S10 e Strada para manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, executando serviços de troca dos itens que compõe a luminária na sede e interior. E constantemente realiza-se mutirão de limpeza na sede e nos interiores.

2.5.4. É importante ressaltar que os veículos a gasolina, assim como, o a diesel transportam servidores de apoio, técnicos, chefes, diretores e secretário para execução de trabalhos de infraestrutura, vistoria e fiscalização na sede e interior, o que contribui para o consumo de combustível. Os quantitativos foram planejados com base nos licitados no ano anterior. A contratação de empresa para fornecimento de combustíveis na região, justificasse pela necessidade de realizar os serviços que levam o bem-estar dos munícipes de Augusto Corrêa.

## **2.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA**

2.6.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis visando manter um bom funcionamento das atividades prestadas pela Secretaria, haja visto que, a SEMMA desenvolve atividades diariamente que necessitam de deslocamento, como: Fiscalização e Monitoramento pela cidade e comunidades, além de Fiscalização Marítima, ações de Educação Ambiental realizadas nas escolas de todo o Município, ações relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural, dentre outras atividades. É importante ressaltar que os veículos a gasolina, assim como o a diesel transportam servidores de apoio, técnicos, chefes, diretores e secretária para execução de trabalhos de vistoria, fiscalização, dentre outros, na sede e zona rural, o que contribui para um consumo significativo de combustível, as atividades são desenvolvidas em diversas comunidades interligadas pela PA 462, Br 308 e uma rede de estradas vicinais de aproximadamente 400 km de extensão.

2.6.2. Para atender à crescente demanda ambiental no município, a SEMMA está atualmente em processo de aquisição de novos veículos. A frota atual da secretaria não é suficiente para cobrir todas as necessidades, o que tem exigido a locação de veículos adicionais para apoiar os serviços prestados. Os quantitativos pré-estabelecidos aproximadamente foram designados com base nos valores licitados no ano anterior e através do levantamento técnico interno desta Secretaria. A contratação de empresa para fornecimento de combustíveis na região, justifica-se pela necessidade de realizar os serviços que levam o bem-estar dos munícipes da cidade de Augusto Corrêa/PA.

## **2.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**

2.7.1. A Política de Assistência Social no município de Augusto Corrêa-PA é executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, possuindo unidades socioassistenciais que são os Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Coqueiros e Urumajó), Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. E programas: Programa Criança Feliz-PCF, BPC na escola e ainda Bloco de gestão: IGD/PBF e IGD-SUAS; Casa dos Conselhos, Conselho Tutelar, que oferecem diversos serviços, projetos e ações que objetivam prover os



mínimos sociais necessários a garantir o atendimento às necessidades básicas da população no que requer na garantia de direitos.

2.7.2. Os servidores do Programa Bolsa Família-PBF, realizam visitas praticamente todos os dias com o objetivo de averiguar a situação de composição familiar e situação de renda. As Visitas são realizadas pelas assistentes sociais, que fazem esses procedimentos sempre que necessários para a comprovação de informações para a correta manutenção do cadastro e do benefício do Programa. As visitas realizadas semanalmente pelos técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS que abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, objetivam oferecer apoio e orientação às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos e são realizadas sempre que são identificadas violações.

2.7.3. Os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Coqueiros e Urumajó), realizam as visitas semanalmente, que abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, com a finalidade de orientar e dar apoio aos esforços das famílias para a resolução de cada problema de forma individual. Além disso, cada visita pode ser realizada com o intuito de identificar comportamentos de relação entre os membros que tenham relação com a solução buscada.

2.7.4. Os visitantes do Programa da Primeira Infância-PI, realizam por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Cadastro Único, e fazem o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de estimular o desenvolvimento infantil. Essas visitas abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, diariamente.

2.7.5. A equipe do Programa Alimenta Brasil-PAB, realiza a busca e entrega dos alimentos adquiridos através do programa, semanalmente, e tem que tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a produção de alimentos dos agricultores rurais.

2.7.6. Os conselheiros tutelares, para desempenhar sua função estratégica, que é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, realizam visitas domiciliares, diariamente, com o objetivo de apreenderem situações de violação de direitos, tais como: condições precárias de moradia, fome, pobreza extrema, negligência, descaso ou até abandono do tratamento, violência doméstica, abuso sexual, dentre outras.

2.7.7. Considerando todo o exposto acima citado, e a necessidade de deslocamentos de servidores municipais em atividades inerentes às suas atribuições, realização de serviços (ações, visitas) essenciais à população neste Município, se faz necessário promover o abastecimento destes veículos, para que se dê continuidade nas prestações de serviços públicos, atendendo aos dispositivos legais bem como fazendo valer os princípios basilares da Administração Pública. Considerando a necessidade da SEMAS está relacionada aos desafios enfrentados para garantir um fornecimento regular e adequado de combustível para as atividades desenvolvidas em suas instalações públicas. A falta de combustível adequado pode comprometer a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, afetando diretamente a eficiência e eficácia das atividades realizadas nas instalações públicas.

2.7.8. Além disso, a escassez de combustível também pode trazer impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública, caso haja a utilização de combustíveis inadequados ou contaminados. Portanto, é fundamental que a SEMAS seja capaz de assegurar um fornecimento regular e seguro

de combustível para garantir a operacionalidade de suas Unidades Socioassistenciais e o atendimento adequado às demandas.

2.7.9. Dessa forma, torna-se imprescindível a elaboração de estratégias e ações que visem solucionar esse problema, garantindo um abastecimento sustentável e compatível com as necessidades das instalações públicas desta secretaria (SEMAS). A busca por alternativas viáveis e eficientes para a gestão do fornecimento de combustível se faz essencial para a manutenção da qualidade e segurança dos serviços prestados por esta Secretaria de Assistência Social, contribuindo assim para a promoção do interesse público e o bem-estar dos cidadãos e usuários.

### 3.1. FROTA VEICULAR DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

#### 3.1.1. SEMAF/GABINETE:

<b>VEÍCULO TERCEIRIZADO – DIESEL</b>				
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO DO VEÍCULO</b>	<b>PLACA/CHASSI</b>	<b>ANO</b>	<b>QTDE</b>
1	TOYOTA HILUX CDSRXA4FD	POR7C35	2021	1
2	TOYOTA HILUX CDSRVA4FD	QEL6F76	2018	1
<b>VEÍCULO TERCEIRIZADO – GASOLINA</b>				
3	CHEVROLET COBALT 1.4 LTZ	OBZ1220	2011	1
4	CHEVROLET ONIX MT LT	QDZ3C95	2017	1
5	FIAT ARGO DRIVE 1.0	QVZ4J18	2021	1
6	CHEVROLET ONIX 1.4 AT LT	QEP0144	2018	1
<b>VEÍCULO PRÓPRIO – GASOLINA</b>				
7	MOTOCICLETA HONDA BROS 150 ES	NTC 7157	2010	1
8	MOTOCICLETA HONDA CG160 START	9C2KC2500LR018304	2019	1
9	MOTOCICLETA HONDA BROS 150 ES	OTI 6113	2010	1
10	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVS8I80	2025	1
11	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVR5B80	2025	1
12	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVR5C10	2025	1

#### 3.2.2. SECULT

<b>ITEM</b>	<b>VEÍCULO CEDIDO - GASOLINA</b>	<b>ANO</b>	<b>PLACA</b>	<b>QTDE</b>
01	CITROEN/AIRCROSS FEEL	2016	QDN7984	01

#### 3.2.3. SEPLADE

<b>ITEM</b>	<b>VEÍCULO TEICEIRIZADO - GASOLINA</b>	<b>ANO</b>	<b>PLACA</b>	<b>QTDE</b>
01	FIAT STRADA ENDURANCE CD	2021	QVV1C46	01



ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO	ANO	PLACA	QTDE
01	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS (VEÍCULO NOVO)	2025	TVR5B90	01

### 3.2.4. SEMAGRI

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	QTDE
01	CAMINHONTE MITSUBISHI L 200 TRITON (QVJ4868)	2020	01
02	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 9170 DRC 4X2 165 CV CARROCERIA ABERTA BRANCO CAP. 5,5 T. (RWW6F72)	2022	01
03	LS TRACTOR PLUS 100 R 100 CV	2017	01
04	LS TRACTOR PLUS 100 R 100 CV	2018	01
05	CASE IH FARMALL 95 100 CV	2018	01
06	CASE IH FARMALL 95 100 CV	2018	01
07	NEW HOLLAND TT4030 75 CV (C/ PLAINA)	2018	01
08	NEW HOLLAND TT4030 75 CV	2018	01
09	NEW HOLLAND 7630 100 CV	2006	01
10	NEW HOLLAND 7630 100 CV	2015	01
11	NEW HOLLAND 7630 110 CV (C/ PLAINA)	2018	01
12	VALTRA BM 100 CV	2010	01
13	TRATOR AGRÍCOLA YTO NLY 110CV	2023	01
14	TRATOR AGRÍCOLA YTO NLY 110CV	2023	01
15	YAMAR SOLIS 75 (C/ PLAINA)	2022	01
16	YAMAR SOLIS 75 (C/ PLAINA)	2022	01
17	TRATOR AGRÍCOLA HANOMAG STARK – 800 – 4 9CV	2025	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	QTDE
01	MOTOCICLETA HONDA BROS 160	2012	01
02	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS (VEÍCULO NOVO)	2025	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - GASOLINA	ANO	QTDE
01	FIAT STRADA WORKING 1.4 88 CV	2017	01

### 3.2.5. SEMOB

ITEM	VEÍCULO TEICEIRIZADO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	FIAT STRADA	2016	PYJ5508	01
02	FIAT STRADA	2022	QLR1380	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
01	CAÇAMBA MERCEDES	1983	TT16C57	01
02	CAÇAMBA IVECO	2011	CUB0934	01

03	CAÇAMBA MERCEDES	1989	VXA6149	01
04	CAÇAMBA VOLKSWAGEM	2003	VW18310	01
05	CAÇAMBA MERCEDES	1985	KBR2166	01
06	CAÇAMBA VOLKSWAGEM	2015	AZM4C16	01
07	CAÇAMBA MERCEDES	1971	CPJ7C87	01
08	CAÇAMBA MERCEDES	1977	JTE0648	01
09	CAMINHÃO MERCEDES	1999	JTV7172	01
10	CAMINHÃO VOLKSWAGEM	1983	HO8H30	01
11	CAMINHÃO PAPA-LIXO	1995	NSI4350	01
12	CAMINHÃO PAPA-LIXO VOLKSWAGEM	2015	PHXOA20	01
13	CAMINHÃO PIPA VOLKSWAGEM	2014	NSU5439	01
14	CAMIONETE S10 CHEVROLET	2017	BBL9G93	01
15	CARRETA PRANCHA VOLVO	1983	BYG0116	01
16	PATROL 120 CATERPILLAR	2011	0120KHJAP00938	01
17	PATROL 845 CASE	2022	HBZN8445BVNAF09686	01
18	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR		6070905	01

ITEM	MAQUINÁRIO TERCEIRIZADO – GASOLINA/ MÁQUINÁRIO PARA ROÇAGEM	ANO	QTDE
01	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
02	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
03	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
04	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
05	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
06	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
07	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
08	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
09	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
10	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
11	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
12	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
13	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
14	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
15	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
16	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
17	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2022	01
18	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
19	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
20	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
21	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
22	ROÇADEIRA STHIL	2022	01

23	ROÇADEIRA STHIL	2020	01
24	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
25	ROÇADEIRA TOYAMA	2020	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO – ÓLEO DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CX220 C	2022	B2H220D	01
02	PÁ MECÂNICA CASE 20 WE	2010		01
03	PÁ MECÂNICA CASE 20 WF	2022	HB2NU20FHNAE14067	01
04	PÁ MECÂNICA XCMG	2021	XUGO300VTNPB09100	01
05	PÁ MECÂNICA XCMG	2021	XUG0300VHMPB02264	01
06	PÁ MECÂNICA XCMG	2021		01
07	PATROL 845	2011	N9AF07074	01
08	PATROL 120K CATERPILLAR	2013	CAT0120KVJAP04399	01
09	RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	2013	HB2N580NKDAH09642	01
10	ROLO COMPACTADOR DYNAPAC	2013	10000104PFB	01
11	TRATOR BUDNY 7540	2017	B18484929	01
12	TRATOR JONH DEERE 5705	2010	1BM5705XTA4090811	01
13	S 10 CHEVROLET	2017		01
14	CAÇAMBA TRUCK VOLKSWAGEN 26260	2014	953658263ER415372	01
15	CAÇAMBA TRUCK VOLKSWAGEN 26280	2021	RWM5G93	01
16	CAÇAMBA FORD CARGO 1722	2010	73960271017	01
17	CAÇAMBA FORD CARGO 1317	2010	922707811372	01
18	CAÇAMBA VOLKSWAGEN 13180	2010	NSF7815	01
19	FOTON AUMARK 1217 <sup>a</sup> (VEÍCULO NOVO)	2025	TFQ3D76	01
20	MICROTRATOR TOYAMA	2022	TOWE 12.5RL-XP	01
21	L 200 MITSUBISHI	2008	JVB3964	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	PARTNER PEUGEOT	2016	QDU7648	01

ITEM	MAQUINÁRIO PRÓPRIO – GASOLINA/ MAQUINÁRIO PARA ROÇAGEM E PODA	ANO	QTDE
01	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
02	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
03	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
04	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
05	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
06	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01

07	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
08	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
09	ROÇADEIRA TEKNA	2022	01
10	ROÇADEIRA TEKNA	2022	01
11	MOTOPODA KAWSHIMA	2022	01
12	MOTOSERRA STHIL	2020	01
13	MOTOSERRA HUSQUARNA	2023	01

### 3.2.6. SEMMA

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	LANCHA ALBATROZ (VEÍCULO NOVO)	2025	6EK1144313	01
02	MOTOCICLETA HONDA BROS/NXR 150 BROS ES	2012	OTI5943	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
03	FORD RANGER XLS 2.2L 4X4	2018	QEO2583	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO	ANO	PLACA	QTDE
04	MOTOCICLETA YAMAHA FAZER 150	2024	SZW8E82	01
05	FIAT MOBI	2019	GUB8B22	01
06	FIAT STRADA	2022	RYF1F90	01
07	TRATOR (DIESEL)	2017	B1844929	01

ITEM	EQUIPAMENTOS	COMB.	MODELO	QTDE
01	ROÇADEIRAS DE 43CC	GASOLINA	VULCAN VR430S	03
02	MOTOPODA DE 33,6CC	GASOLINA	STIHL HT135	01
03	MOTOSERRA DE 91,1CC	GASOLINA	STIHL MS 661	01

### 3.2.7. SEMAS

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	2023	RWW5A16	01
02	KIWD	2022	ROM0C64	01
03	MOBI LIKE	2022	RWM6E52	01
04	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.0	2019	QEF5865	01
05	VOLKSWAGEN GOL TL MBV 1.6	2018	QEW5849	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
06	COBALT 18A ELI	20216	QEP5482	01
07	HONDA CG TITAN	2024	SZE6G21	01
08	VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.6 CE CROSS	2013	OTD8482	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
09	IVECO DAILY 30/130 CS	2021	OTX3444	01

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, no Art. 28, inciso I da lei 14.133/2021, as condições e exigências para a contratação estão descritas neste Termo de Referência e ETP e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto;

A contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S10) deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

3.2. A empresa deverá estar devidamente constituída, com inscrição ativa no CNPJ, e em situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto à Seguridade Social e ao FGTS.

3.3. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às exigências legais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, observando todas as normas vigentes aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis.

3.4. O estabelecimento deverá estar localizado em área que possibilite o abastecimento eficiente da frota municipal, preferencialmente dentro do perímetro urbano ou em raio compatível com a economicidade e operacionalidade dos serviços públicos.

3.5. A empresa deverá possuir estrutura operacional adequada para atender à demanda contínua da Administração, garantindo fornecimento regular e ininterrupto.

3.6. Como condição de habilitação, a empresa deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para o exercício das atividades pertinentes ao fornecimento de combustíveis automotivos, conforme as Resoluções ANP nº 42/2011, nº 41/2013, nº 784/2019 e nº 852/2021.

3.7. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as solicitações dos órgãos demandantes, mediante ordem de fornecimento emitida por autoridade competente.

3.8. Os combustíveis serão retirados no posto contratado, para o qual a frota municipal se deslocará a fim de realizar o abastecimento.

3.9. A empresa deverá assegurar atendimento compatível com as necessidades da Administração, preferencialmente com funcionamento diário, inclusive aos finais de semana e feriados, quando necessário.

3.10. O fornecimento deverá ser autorizado expressamente pelo órgão gerenciador do certame, mediante requisição própria emitida em 02 (duas) vias, que comprove a realização do abastecimento.

3.11. O fornecimento dos combustíveis deverá estar disponível imediatamente após a assinatura do contrato.

3.12. A qualidade dos produtos fornecidos será de inteira responsabilidade da contratada.

3.13. A fiscalização e aceitação do objeto serão realizadas pelo órgão responsável pela gestão do contrato, por meio de servidores designados da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, mediante portaria.

3.14. A empresa deverá disponibilizar os recursos e meios necessários para a supervisão e fiscalização da regularidade do fornecimento, mediante autorização do setor competente.

3.15. O combustível será recusado nos seguintes casos:

- Densidade fora dos padrões;
- Produto em desacordo com o solicitado;

- Quantidade inferior à requisitada;
- Contaminação por substâncias indevidas ou em percentuais superiores aos permitidos.

3.16. Caso o posto contratado apresente qualquer problema no fornecimento, deverá comunicar a contratante com antecedência mínima de 12 (doze) horas, a fim de evitar prejuízos ao abastecimento.

### **3.17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

3.17.1. A empresa deverá cumprir as normas ambientais vigentes, especialmente quanto ao armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis, bem como à destinação adequada de resíduos.

3.17.2. Deverá atender às normas de segurança aplicáveis, garantindo a integridade dos usuários, trabalhadores e do meio ambiente.

3.17.3. Deverá possuir licenciamento ambiental válido, expedido pelo órgão competente.

3.17.4. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, incluindo óleos, embalagens e materiais contaminantes, bem como adotar medidas de prevenção contra vazamentos e contaminação do solo e dos recursos hídricos.

### **4. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

4.1.1. O fornecimento será considerado aceito quando realizado em conformidade com a requisição emitida pelo órgão competente, contemplando corretamente o tipo de combustível solicitado, a quantidade requisitada e a identificação do veículo abastecido, devidamente comprovados por meio de documento próprio assinado pelo responsável.

4.1.2. Os produtos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem como às demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo facultado à Administração realizar testes ou exigir laudos que comprovem a qualidade do combustível fornecido.

4.1.3. O abastecimento deverá ocorrer de forma imediata após a apresentação da requisição autorizada, sem atrasos injustificados, garantindo a continuidade das atividades administrativas. Será verificada, no ato do fornecimento, a conformidade quanto à quantidade abastecida, devendo esta corresponder exatamente ao volume autorizado, admitindo-se apenas variações dentro dos limites técnicos aceitáveis.

4.1.4. Verificada o atendimento dos critérios estabelecidos neste Termo de referência o recebimento será realizado em duas etapas:

**I – Recebimento Provisório:** no ato do abastecimento, para verificação imediata da conformidade com a requisição;

**II – Recebimento Definitivo:** após a conferência dos documentos fiscais e validação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

4.1.5. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos combustíveis fornecidos, respondendo esta por eventuais vícios ou irregularidades constatadas posteriormente.

4.1.6. A Administração poderá rejeitar o fornecimento sempre que constatada qualquer irregularidade, cabendo à contratada sanar as falhas no menor prazo possível, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.



4.1.7. Serão recusados, no todo ou em parte, os materiais que apresentarem:

- a) Quando apresentar densidade fora dos padrões estabelecidos;
- b) Quando houver divergência quanto ao tipo de combustível solicitado;
- c) Quando a quantidade fornecida for inferior à requisitada;
- d) Quando houver indícios de adulteração ou contaminação por substâncias indevidas;
- e) Quando não atender às normas técnicas e de qualidade aplicáveis.

4.1.8. Na hipótese de recusa, a contratada deverá proceder à imediata substituição do produto, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo compatível com a urgência do abastecimento.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada (posto revendedor) para o fornecimento de combustíveis automotivos, sendo gasolina comum e óleo diesel S10, a ser realizada por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, sob o regime de Sistema de Registro de Preços.

5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo à Administração realizar contratações futuras, de forma parcelada, conforme a necessidade das secretarias municipais, garantindo maior eficiência, economicidade e flexibilidade na gestão dos recursos públicos.

5.3. A seleção da proposta mais vantajosa ocorrerá com base no menor preço unitário por item (litro), considerando os valores de referência previamente apurados. Esse critério permite a uniformização dos preços para todas as secretarias municipais e viabiliza a realização de fornecimentos contínuos ao longo da vigência da ata e dos contratos dela decorrentes, até o limite dos quantitativos registrados.

5.4. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das secretarias, mediante emissão de requisições de abastecimento por parte dos órgãos competentes. O fornecimento deverá atender integralmente à frota municipal, abrangendo veículos de pequeno, médio e grande porte, garantindo disponibilidade contínua e regular dos combustíveis durante todo o período de vigência.

5.5. Após a formalização da ata de registro de preços e da assinatura dos contratos dela decorrentes, a empresa contratada deverá assegurar o fornecimento dos combustíveis nos preços registrados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável. Os combustíveis serão fornecidos diretamente no estabelecimento da contratada, para onde se deslocará a frota municipal para realização do abastecimento.

5.6. Durante toda a execução, a contratada deverá garantir a regularidade do fornecimento, mantendo as condições de qualidade, preço e atendimento pactuadas, assegurando o pleno atendimento das necessidades administrativas. Permanecem aplicáveis, ainda, todas as demais condições relativas à execução, fiscalização e obrigações contratuais previstas neste Termo de Referência.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Condições, Prazo e Local de entrega

6.1.1. O fornecimento do objeto pela contratada ocorrerá de forma parcelada, de acordo com as demandas dos órgãos da Administração Municipal, mediante emissão de ordem de fornecimento ou requisição devidamente autorizada pelo órgão gerenciador da contratação.

6.1.2. O abastecimento deverá ser realizado diretamente no posto contratado, para onde se deslocará a frota municipal, compreendendo veículos de pequeno, médio e grande porte.

6.1.3. O fornecimento dos combustíveis deverá estar disponível imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a contratada assegurar atendimento contínuo, de segunda-feira a domingo, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, garantindo a plena operacionalidade dos serviços públicos.

6.1.4. Cada abastecimento dependerá de autorização expressa, por meio de requisição própria emitida em 02 (duas) vias pelo órgão competente, a qual servirá como comprovação da realização do fornecimento. Ademais, **após a apresentação da requisição e/ou nota comprobatória do abastecimento, o fornecimento deverá ser realizado de forma imediata**, não sendo admitidas interrupções ou atrasos que comprometam a continuidade dos serviços administrativos.

6.1.5. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às exigências legais, às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores, sendo de inteira responsabilidade da contratada a garantia da qualidade dos produtos disponibilizados.

6.1.6. O combustível será recusado nos casos de desconformidade, tais como densidade fora dos padrões exigidos, fornecimento de produto diverso do solicitado, quantidade inferior à requisitada ou presença de contaminação por substâncias não permitidas ou em desacordo com os limites legais.

6.1.7. Na hipótese de ocorrência de qualquer problema que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de modo a possibilitar a adoção de medidas que evitem prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito ou por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da (s) empresa (s) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da (s) empresa (s) contratada (s) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos

mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **8. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

8.1. A fiscalização e a aceitação do objeto serão realizadas pelo órgão responsável pela gestão do contrato, por meio de servidores designados da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa e do Fundos Municipais, mediante ato formal. A contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à adequada supervisão e controle do fornecimento, sempre que solicitado pela Administração.

8.2. Com base no art. 117 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21, “A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21 ou pelos respectivos substitutos”;

8.3. O fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 117, § 2º);

8.4. A Contratante fiscalizará o fornecimento do objeto pela(s) Contratada(s) a fim de verificar se estão sendo observadas as cláusulas do Contrato;

8.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais;

8.6. Serão recusados os materiais que não atendam às especificações constantes neste processo;

8.7. Todas as entregas dos materiais prestados fora do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, a contrata sofrerá as penalidades impostas pela legislação;

8.8. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

8.9. A fiscalização do cumprimento das obrigações estabelecidas, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de cada órgão, a saber:

- **FISCAIS DO CONTRATO DA PREFEITURA MUNICIPAL:**

**Fiscal Titular:** Adriano Brito Ferreira, matrícula nº 010027-7, CPF: 684.786.902-04.

**Fiscal Substituto:** Monique Giovana Silva Cunha, matrícula nº 129700-7, CPF: 006.240.382-62.

- **FISCAIS DO CONTRATO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:**

**Fiscal Titular:** Ilziete de Jesus Borges, matrícula nº 138302-7, CPF: 932.575.032-53.

**Fiscal Substituto:** Igor Gutenberg Lisboa da Silva, matrícula nº 135612-7, CPF: 903.825.442-34.

- **FISCAIS DO CONTRATO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

**Fiscal Titular:** Márcia Regina Gonçalves Barros, matrícula nº 129048-7, CPF: 463.392.212-20.

**Fiscal Substituto:** Livia Karoline Ribeiro Sousa, matrícula nº 137385-4, CPF: 047.437.162-09.

## **9. PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados da data de entrega dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;

9.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.;

9.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária (este sendo indicado na proposta, caso houver) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

9.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.;

9.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da execução mensal do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

9.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJ/CPF;

9.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.9. A Nota Fiscal deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.10. Nenhum pagamento será efetuado a contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista;

9.11. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## **10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

10.1. A Dotação Orçamentária ocorrerá por conta do parecer contábil dos órgãos abaixo mencionados:

- **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Dotação Orçamentária: 04 123 0016 **2.011** - Manutenção da Sec Munic de Adm e Finanças. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT**

Dotação Orçamentária: 13 122 0016 **2.126** - Manutenção da Secretaria de Cultura. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte: 15000000.

- **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Dotação Orçamentária: 04 121 0016 2.071 – Manutenção da Secretaria de Planejamento. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

Dotação Orçamentária: 20 122 0016 **2.047** - Manutenção da Secretaria de Agricultura. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO.**

Dotação Orçamentária: 26 122 0016 **2.045** – Manutenção da Secretaria de Obras, Transporte, Urbanização e Saneamento. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte: 15000000.

- **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Dotação Orçamentária: 18 122 0016 **2.063** - Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.100** – **Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.** Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15000000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08 244 0014 2.110 – **Confinamento do Estado – Proteção Social Básica.** Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16610000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08 244 0017 2.116 – **Confinamento do Estado – Proteção Especial Média Complexibilidade**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16610000.

• **FUNDO MUNICIAPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.106** – Bloco da Proteção Social Básica. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16600000;

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.173** - **Programa Primeira Infância do SUAS-PPI**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15000000;

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Dotação Orçamentária:** 08.244.0016 **2.112** – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15400000.

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária 08.244.0017 **2.113** - Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade-**PAEFI**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16600000;

## **12. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Critérios de pré-habilitação**

12.1.1. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) **do valor estimado da proposta**, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21;

12.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando se tratar de depósito ou transferência em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados: Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8;

12.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

12.1.4. Não será aceita garantia de proposta emitida após a abertura da sessão, bem como o comprovante de pagamento da garantia.

### **Forma de fornecimento**

12.2 O fornecimento do objeto será parcelado.



### **Exigências de habilitação**

12.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação Jurídica**

12.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

12.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

12.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.17 Prova de regularidade com a fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

12.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

12.20 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.21 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, o balanço deverá vir acompanhado da certidão de habilitação profissional do contador e certidão negativa de débitos - CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil;

12.22 O Balanço Patrimonial, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas

**Calculados pelas seguintes fórmulas:**

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LG =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

12.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

12.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

12.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

12.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

12.25 Atestados de capacidade técnica da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem de maneira satisfatória ter a licitante aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(s) da licitante.

12.26 Em caso de dúvida para comprovação do item 12.25, poderá ocorrer a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a fim de que comprovem a capacidade técnica do objeto a ser contratado.

12.27 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

12.28 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31. Certidão emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis, conforme art. 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06/08/1997, onde certifica que a empresa encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Portaria ANP nº 116, de 05/07/2000;

9.32. Certificado de licenciamento emitido pelo corpo de bombeiros;

9.33. Alvará de Funcionamento de Titularidade da empresa licitante, expedido pelo órgão competente (Sede da licitante), com vigência atualizada;

9.34. a de Operação (LO), emitido pela Secretaria Municipal ou Estado de Meio Ambiente;

12.30 Para análise complementar de qualificação técnica deverá ser observado o ramo de atividade da empresa em comparativo com o objeto desta licitação. Para essa análise servirão o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, devendo ser condizente ao objeto do certame sob pena de inabilitação.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Fornecer gasolina comum e óleo diesel S10 de forma contínua e parcelada, conforme a demanda da contratante e mediante requisição autorizada.

13.2. Disponibilizar os combustíveis imediatamente após a apresentação da requisição/ordem de fornecimento, garantindo atendimento ágil e sem interrupções.

13.3. Manter o fornecimento em regime contínuo, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados.

13.4. Garantir que os combustíveis atendam integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do produto.

- 13.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento ou da má qualidade dos combustíveis.
- 13.6. Permitir e facilitar a fiscalização da contratante, disponibilizando todas as informações e documentos necessários ao controle da execução contratual.
- 13.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.8. Comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis.
- 13.9. Substituir, imediatamente, às suas expensas, qualquer produto que venha a ser recusado pela contratante por não atender às especificações exigidas.
- 13.10. Emitir documentos fiscais (notas fiscais) correspondentes aos fornecimentos realizados, contendo todas as informações exigidas pela legislação.
- 13.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- 13.12. Manter estrutura operacional adequada para atendimento da demanda da contratante, garantindo regularidade e eficiência no fornecimento.
- 13.13. Cumprir todas as normas ambientais e de segurança aplicáveis ao armazenamento e comercialização de combustíveis, inclusive quanto à destinação de resíduos.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e todas as suas etapas, registrando as ocorrências caso necessário, sempre objetivando a qualidade desejada;
- 14.2. Emitir as requisições de abastecimento devidamente autorizadas, contendo as informações necessárias para a execução do fornecimento.
- 14.3. Assegurar as condições necessárias para que a contratada possa executar regularmente o objeto do contrato.
- 14.4. Dará ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- 14.4. Proceder à conferência das notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, à entrega/realização dos materiais;
- 14.5. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, mediante Nota de Empenho;
- 14.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os combustíveis fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas;
- 14.7. Notificar a empresa, por escrito ou qualquer outra forma de comunicação oficial, sobre falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 14.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimento que venham a serem solicitadas pelos técnicos da Contratada;
- 14.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contratado por intermédio da comissão ou gestor designado para este fim, de acordo com art. 117 da Lei nº 14.133/21;
- 14.10. Controlar e acompanhar o consumo de combustíveis, garantindo a utilização conforme as necessidades administrativas.

## **15. REAJUSTE**

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3. Indenizações e multas.

16.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 15.133, de 2021).

## **17. INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/21, art. 155, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e)
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. **Multa:** moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

III. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e I do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).



17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §79).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

198.1. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

18.2. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo objeto a ser contratado;

18.3. Os casos omissos neste Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças no endereço constante neste Termo de Referência;

18.4. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

Augusto Corrêa/PA, 09 de abril de 2026.

**RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO**  
Secretário Municipal de Administração de Finanças  
Decreto nº 001/2025